

HABEAS CORPUS Nº 548.133 - SP (2019/0354310-0)

RELATOR : **MINISTRO NEFI CORDEIRO**
IMPETRANTE : MATEUS ANDREAZI
ADVOGADO : MATEUS ANDREAZI - SP277096
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : KATE APARECIDA PRIMO DOS SANTOS (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de KATE APARECIDA PRIMO DOS SANTOS, em face de acórdão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO, assim ementado (fl. 47):

ESTELIONATO – Configuração. Materialidade e autoria demonstradas. Prova segura. Declarações da vítima corroboradas com os depoimentos das testemunhas, tudo em harmonia com o conjunto probatório. Negativa da ré isolada – Atipicidade por ser hipótese de ilícito civil. Inocorrência – Condenação mantida.

PENAS E REGIME PRISIONAL – Bases acima dos mínimos. Consequências dos crimes e prejuízo às vítimas (1/6) – Vítima idosa. Elevação no dobro. Incidência do artigo 171, § 4º, do CP. Súmula nº 711 do STF – Continuidade delitiva. Quantidade de infrações. Coeficiente máximo (2/3). Adequação – Pena de multa calculada em descompasso com o art. 72 do Código Penal. Conformismo do Ministério Público (vedada a *reformatio in pejus*) – Regime inicial semiaberto – Inviável a substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos ou a concessão de sursis (CP, artigos 44, I e III; e 77, II) – Apelo desprovido – Expedição de mandado de prisão.

Consta dos autos que a paciente foi condenada como incurso no art. 171, *caput*, por vinte vezes, na forma do art. 71, *caput*, ambos do CP (vítima Roberson Alexandre Leite); art. 171, § 4º, por dezesseis vezes, na forma do art. 71, *caput*, ambos do CP (vítima Tereza Ferrazi da Silva), à pena de 5 anos e 10 meses, em regime inicial semiaberto, e ao pagamento de 54 dias-multa.

Busca a defesa, em síntese, que a execução provisória iniciada seja suspensa, sob o argumento de que não há fundamento válido para tanto, sendo ilegal a expedição de mandado de prisão, após o esgotamento da via ordinária.

Nesse sentido, requer a concessão da ordem para suspender a execução provisória da pena.

É o relatório.

DECIDO.

A concessão de liminar em *habeas corpus* é medida excepcional, somente cabível quando, em juízo perfunctório, observa-se, de plano, evidente

constrangimento ilegal.

O acórdão impugnado está assim fundamentado, quanto ao tema (fl. 56):

[...] Ex positis, nega-se provimento ao recurso. Superado o segundo grau de jurisdição (inclusive de eventuais embargos de declaração e embargos infringentes), independentemente do trânsito em julgado, expeça-se mandado de prisão contra o condenado para o imediato cumprimento da pena privativa de liberdade aplicada; observado o regime prisional (STF, Plenário, Habeas Corpus nº 126.292, 17.02.2016; também definitivamente ratificado na apreciação das medidas cautelares pleiteadas nas ADC 43 e 44, 05.10.2016. No mesmo sentido: STJ, Habeas Corpus nº 408.153/SP, 22.08.2017; Habeas Corpus nº 402.410/SP, 08.08.2017; Habeas Corpus nº 399.416/SP, 27.06.2017). [...]

Verifica-se, no caso, a existência de plausibilidade jurídica do pedido e perigo da demora, autorizando o deferimento do pedido de liminar, constatando-se às fls. 78/79 determinação do Juízo de 1º grau para que se desse cumprimento ao termo final do acórdão e às fls. 85/86 o cumprimento do mandado de prisão.

Em recente julgado, o Pleno do Supremo Tribunal Federal, apreciando as ADCs 43, 44 e 54, ainda pendentes de publicação, firmou compreensão quanto à constitucionalidade do art. 283 do Código de Processo Penal, segundo o qual *Ninguém poderá ser preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada da autoridade judiciária competente, em decorrência de sentença condenatória transitada em julgado ou, no curso da investigação ou do processo, em virtude de prisão temporária ou prisão preventiva*, estando a citada regra em consonância com o princípio da presunção de inocência.

Assim, com o julgamento do feito pelo Tribunal de origem, torna-se relevante o risco de execução provisória, diante do esgotamento da instância ordinária.

Ante o exposto, defiro o pedido liminar para obstar a expedição de mandado de prisão até o trânsito em julgado da ação penal, salvo se presentes os requisitos autorizadores da segregação cautelar, nos termos do art. 283 do CPP.

Comunique-se.

Solicitem-se informações.

Após, ao Ministério Público Federal para manifestação.

Publique-se.

Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 27 de novembro de 2019.

MINISTRO NEFI CORDEIRO
Relator